

Entrevista concedida ao Jornal de Leiria

E publicada na edição de 22 de Junho de 2011

Viriato Soromenho Marques: Se o euro cair será quase como uma guerra mundial



Filósofo e professor universitário, diz que a crise em que a Europa se encontra mergulhada é sobretudo um problema político e não de mercados e aponta o dedo à "falta de visão e miopia" da governação alemã e avisa: "se o euro cair, será o fim da União Europeia". Considera "uma ilusão" pensar que a solução dos problemas do País passa por cumprir o programa da troika, porque este "só vai baixar a febre e não será a cura".

Viriato Soromenho Marques, filósofo
"Nunca estivemos tão órfãos
de liderança na Europa como agora"

Europeísta convicto, Viriato Soromenho Marques diz que a crise em que a Europa se encontra mergulhada é sobretudo um problema político e não de mercados. Aponta o dedo à "falta de visão e miopia" da governação alemã e avisa: "se o euro cair, será o fim da União Europeia" e a Alemanha "perderá a sua galinha dos ovos de ouro, que é a sua capacidade de exportação". Diz que "é uma ilusão" pensar que a solução dos problemas do País passa por cumprir o programa da troika, porque este "só vai baixar a febre e não será a cura".

Disse, numa entrevista recente à Antena 1, que "a união económica e monetária que personifica a União Europeia (UE) foi criada para os dias de sol e de Primavera". Como pode a UE ultrapassar os dias cinzentos e de Inverno que vive?

A solução significa mais Europa. A grande dificuldade de Portugal, Irlanda e Grécia e que a Espanha, Bélgica e Itália já começam a sentir é o acesso ao mercado financeiro. A única forma de Portugal se financiar é o programa da troika, que não dá para investimentos. É uma situação verdadeiramente miserável. A emissão de títulos de dívida europeia, os chamados eurobonds, poderia ajudar. Em vez de Portugal ou de Espanha irem ao mercado isoladamente, seriam os países da zona euro ou até os 27 da UE a fazê-lo em nome da união. Os riscos seriam corridos solidariamente. Seria um negócio interno entre os países membros, que permitiria juros comportáveis.

Mas a Alemanha não está disponível para tal.

O obstáculo é precisamente esse. Este modelo foi proposto por Jean-Claude Juncker, presidente do Luxemburgo, mas a senhora Merkel mandou-o calar. Os primeiros a violarem o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) foram a Alemanha e a França. Depois disso, o PEC foi flexibilizado. Não fomos nós que demos a Portugal uma taxa de juro quase igual à da Alemanha. Agora, temos de pagar sozinhos erros cometidos em conjunto? Não é justo, como também não é justo ostracizar os gregos, como se um povo pudesse ser responsável pelos erros do seu governo, que também são os da Europa. Muito do que está a acontecer na Europa foi potencializado pela péssima governação de Merkel. Há um problema de falta de visão e de miopia na governação alemã, que está a prejudicar toda a Europa.

Há também a falta de regulação dos mercados.

Não vale a pena dizer mal dos mercados. Os mercados são como crianças de seis anos, que já sabem a diferença entre o bem e o mal e entre a conversa e a realidade dos factos. As crianças de seis anos não lêem contratos legais. Nos tratados de Maastricht e de Lisboa há uma cláusula que diz que, se um país atingir a situação de insolvência, os restantes não têm a obrigação de fazer o regaste. Os mercados não leram isso. Acreditaram que os países, ao abdicarem da sua soberania financeira e de uma política cambial própria, iriam ajudar-se mutuamente se algo corresse mal. E começaram a tratar todos por igual. Quando, em 2008, o governo alemão, pressionado pelos bancos, começou a preocupar-se com a dívida da Grécia, deu um sinal ao menino de seis anos, que são os mercados, que os chocolates começavam a desaparecer de cima da mesa. De cada vez que a senhora Merkel fala, os 'mauzinhos da fita' esfregam as mãos de contentamento, porque só diz coisas assustadoras.

No seu entender, o problema da Europa é um problema político e não de mercados?

Exacto e a chanceler alemã tem muita culpa. Há um ano que anda a dizer aos mercados que na UE é cada um por si e que só dão ajuda na base do interesse próprio. Perante este discurso, os 'franco-atiradores' esfregam as mãos de contentamento. Os mercados, como as crianças de seis anos, só fazem aquilo que os pais deixam. Os pais aqui são as políticas.

A falta de lideranças fortes na UE está a dificultar o combate à crise?

Sem dúvida. Não há liderança na Europa porque não há um projecto europeu. Nunca estivemos tão órfãos de liderança na Europa como agora. Alguns dos dirigentes mais competentes são de pequenos países e não têm voz. Além de Juncker, pouco mais temos do que caricaturas, como Sarkozy ou Berlusconi, que anda a fugir à polícia. Nos últimos anos, o tema Europa desapareceu. Há um analfabetismo europeu desastroso, que atinge o público em geral e quem nos governa. Não há um discurso europeu, de alguém que nos diga para que serve a Europa.

Se o euro cair, como alguns prevêem, será o fim da UE?

Será. Diria que será quase como se fosse uma guerra mundial. Os danos e as perdas serão tão grandes e a desconfiança tanta que, no dia seguinte, a China compra-nos. A Alemanha tem de perceber que o seu futuro depende do futuro da Europa. Merkel e aqueles que giram à sua volta pensam que a Alemanha pode resistir se a Europa cair. É um erro absurdo. A Alemanha é essencialmente uma grande fábrica, uma espécie de China europeia. Com o fim do euro, o marco ficaria tão valorizado que não se podia comprar nada em marcos. A Alemanha perderia a sua galinha dos ovos de ouro, que é a sua capacidade de exportação. ~

“O programa da troika é para baixar a febre”

O que se pode esperar do novo Governo?

Não devemos pedir ao Governo aquilo que não vai poder fazer. Esta não é uma crise convencional. Quando em 1978 e 1983 Portugal pediu apoio ao FMI tinha os instrumentos fundamentais para garantir a sua soberania financeira e económica e uma moeda e políticas monetária e comercial próprias. Agora, não temos nada disso. Portugal precisa sempre de um apoio externo para manter a sua independência. Durante séculos mantivemos o império como condição da nossa independência. Depois, avançamos para a solução europeia. Só que, na altura, ninguém pensaria que, quando a União Europeia (UE) entrasse em crise, as respostas fossem tão desagradáveis. O novo primeiro-ministro tem de compreender que na mão do seu Governo está uma parte da resolução do problema e que a solução do restante depende da capacidade da UE para encontrar alternativas de gestão da dívida soberana.

Não haverá, então, grande margem para um programa de Governo próprio?

O programa do Governo estava feito antes das eleições. Mas há muito a fazer para melhorar a eficiência e poupar no aparelho do Estado. Quanto mais se fizer do lado da despesa, menos terá de se fazer do lado da receita. O governo não está completamente manietado, mas não conseguirá resolver os problemas fora de uma resposta europeia. É uma ilusão pensar que a solução passa por cumprir o programa da troika a 100%. O programa da troika é para baixar a febre, mas não será a cura, que precisa de medidas muito mais profundas.

Há o risco de, mesmo cumprindo o programa da troika, ficarmos na mesma.

Podemos até ficar piores. Daqui a dois anos poderemos ter as empresas públicas nas mãos de capital estrangeiro, por força das privatizações, e estarmos com menos capacidade de manobra. O crescimento registado nos últimos anos foi conseguido à custa do dinheiro fácil e do aumento da dívida pública, sem atacar as dificuldades estruturais, como a qualificação da mão-de-obra e a baixa competitividade, que só se mudam numa geração e com políticas concertadas.

Concorda com os receios de alguns em relação ao facto de o novo Governo ser muito técnico e jovem?

Essencialmente gostaria que o novo Governo tivesse capacidade de trabalho e humildade. É muito importante que os ministros, sobretudo os mais jovens, percebam que vão governar numa situação de soberania limitada. Uma das dificuldades deste governo são os super-ministérios.

Como o da Agricultura, que junta também assuntos do mar, ambiente e ordenamento do território.

Teríamos de ter um político com 120 anos e a saúde de um jovem de 20 para conseguir gerir, de forma pessoal, todas essas pastas. O que não se gastar em ministros, gastar-se-á em secretários de Estado. O primeiro-ministro deveria ter olhado para o Conselho da UE e definido um ministro para cada uma das áreas aí representadas. Por outro lado, talvez para lhe dar alguma segurança, Passos Coelho nomeou uma série de ministros políticos, que são os seus amigos da ‘jota’, como Carlos Moedas, Miguel Relvas e Miguel Macedo. Parece-me excessivo.

“Não controlamos o nuclear”

Após o desastre de Fucoxima, muitos países estão a reconsiderar o nuclear, com a Alemanha a anunciar o encerramento de centrais. Nuclear: não, obrigada!?

Fucoxima veio reforçar a minha convicção de que o nuclear é um daqueles sonhos que, depois de aplicado à realidade, se transforma em pesadelo. Não controlamos o nuclear. Mesmo uma central fechada, é um encargo para milhares de anos, porque continua sempre a precisar de vigilância. Um dos resíduos mais importantes do nuclear – o plutónio 238 – tem um período de meia vida de 24.300 anos. É uma escala desumana.

Perante esses riscos, como se explica que o nuclear tenha registado o crescimento que teve nos últimos anos?

Com as alterações climáticas e com a transição energética que teremos de fazer, a indústria nuclear conseguiu ter um discurso muito verde. Nos anos 90, o lobby do nuclear percebeu que não tinha vantagens em ‘andar à luta’ com os ambientalistas, mas sim em aliar-se a eles e conseguiu pôr pessoas da área ambiental a dizer bem do nuclear. Já estavam a levar a água a um certo moinho. Não podemos pensar que o problema do nuclear na Europa se resolve com o encerramento das centrais alemãs. A França é o país mais nuclear do mundo e não tem dinheiro para fechar das suas centrais. Qualquer problema que aconteça em França, atingirá a Europa.

Segundo a Agência Internacional de Energia, as emissões de gases com efeito de estufa atingiram, em 2010, níveis recordes. O combate às alterações climáticas poderá começar a ser uma utopia?

É um combate muito difícil. Ao nível das energias renováveis e da eficiência energética a UE está à frente do resto do mundo, o que não quer dizer que estejamos onde devíamos estar. O combate às alterações climáticas, mantendo alguma qualidade de vida, implica uma política energética conjunta. Um dos problemas principais reside na rede de transmissão de energia, que na Europa reflecte muito a situação de conflito permanente em

que foi construída. Precisamos de criar redes de passagem de energia, o que implica confiar no vizinho.

Acredita que ainda é possível inverter a marcha das alterações climáticas?

Neste momento já não podemos prevenir, mas sim mitigar os efeitos e adaptarmo-nos a eles. Para impedir uma alteração climática provocada pela estrutura química da atmosfera teria sido necessário que há 50 anos tivéssemos iniciado as medidas que agora estamos a tomar. Segundo a comunidade científica, até ao final do século teremos, no melhor dos casos, um aquecimento global até dois graus centígrados. Já não o conseguiremos impedir, mas poderemos evitar um aumento de três ou quatro graus.

Perguntas dos outros

Falta de cultura da liderança política

José Manuel Silva, vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria

O desaparecimento do Ministério da Cultura é um sinal negativo ou uma medida de racionalidade de gestão?

É sobretudo um gesto simbólico, que me parece lamentável. Até pode dar-se o caso do novo secretário de Estado fazer melhor trabalho do que alguns dos ministros anteriores. Contudo, fica o gesto de degradar a cultura para um plano inferior. Numa óptica puramente de redução de custos seria possível manter o ministério, com redução de orçamento e lugares de topo. Mas preferiu-se respeitar a infeliz tradição que considera a cultura como o primeiro luxo a cortar. Infelizmente, a falta de cultura da nossa liderança política é a causa principal do desastre a que chegámos.

Joaquim Ruivo, presidente do Centro de Património da Estremadura

A globalização económica e as políticas neoliberais podem ser um desafio à preservação ambiental, no quadro de um desenvolvimento sustentável?

Tudo o que signifique propor o aumento do crescimento sem ter em consideração os limites ambientais em que a economia se move acabará por trazer sofrimento e destruição. O neoliberalismo foi durante trinta anos a ideologia dominante, com custos terríveis para o ambiente e para a qualidade de vida das populações. Assistimos nas últimas duas décadas à maior concentração de riqueza da história mundial: nunca tantos trabalharam para o enriquecimento de tão poucos. Não nos enganemos. O futuro contém o crepúsculo da ideologia neoliberal. O mais difícil é construir uma alternativa que garanta a paz e a sustentabilidade no plano internacional.

Ambientalista amante de caminhadas

Professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde regeu as cadeiras de Filosofia da História e da Cultura e de Filosofia da Política e do Direito, Viriato Soromenho Marques coordena o Programa Gulbenkian Ambiente da Fundação Calouste Gulbenkian. Doutorado em Filosofia pela Universidade de Lisboa, tem desenvolvido uma vasta actividade em associações de defesa do ambiente, nomeadamente na Quercus, que presidiu entre 1992 e 1995. Natural de Setúbal, onde nasceu há 53 anos e continua a viver, gosta de fazer caminhadas no campo, para se manter saudável, e, durante anos, correu meias-maratonas "como amador". Já recusou convites para cargos políticos, não por ter qualquer "aversão" à política, mas porque "não surgiram no momento certo". Por isso, não diz que dessa água não beberá. "Se voltar a surgir e se for um convite honesto, que não colida com os princípios em que acredito e que não implique vender a alma, poderei aceitar."